

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO

Aparecida Joly Gouveia*

RESUMO: Focaliza-se neste artigo a participação das Ciências Sociais na pesquisa brasileira sobre a educação a partir da década de cinquenta, quando esse campo de estudos encontrou condições favoráveis no clima criado pelo desenvolvimentismo. Desde então, afetadas em certa medida por mudanças no panorama político nacional mas influenciadas também por movimentos de idéias surgidos em outros países, a temática e a orientação teórico-metodológica das pesquisas sofreram alterações ao longo do tempo, acentuando-se em certos períodos a preponderância de determinados temas ou a hegemonia de um ou outro paradigma. Dentre as ciências sociais, a sociologia é a que mais se tem aplicado ao estudo da educação. Embora de várias maneiras a escolarização – principal objeto das pesquisas realizadas – possa ser afetada pela atuação do Estado, raras são as que têm sido realizadas por cientistas políticos.

UNITERMOS: Pesquisa sobre Educação – Brasil, sociologia da educação: temas e métodos.

Até fins da década de quarenta a educação constituiu uma preocupação menor entre os cientistas sociais. Isto não obstante o fato de o interesse por educação ter estado presente na origem mesma da Sociologia como disciplina acadêmica. Nomeado em 1887 para ministrar aulas de Pedagogia e Ciência Social na Faculdade de Letras de

* Professora Titular do Departamento de Sociologia – FFLCH-USP.

Bordeaux, foi Durkheim quem iniciou o primeiro curso de Sociologia numa universidade francesa (Rodrigues, 1978). Contudo, o interesse expresso nos títulos de três de suas obras – *Education et Sociologie* (1955), *L'évolution pédagogique en France*, (1969) e *L'éducation morale* (1925) não teve continuidade nos trabalhos dos seus seguidores.

Fora do país onde com Durkheim se originaram, os estudos sociológicos sobre educação tardaram em adquirir a respeitabilidade grangeada por outros campos da Sociologia. Nos Estados Unidos, onde na década de trinta a Sociologia já se firmara no mundo acadêmico com a divulgação das pesquisas da escola de Chicago, uma única obra sobre educação – *The Sociology of Teaching*, de Waller (1968), cuja primeira edição é datada de 1932 – destacava-se como trabalho analítico de orientação sociológica. Na visão atual de especialistas da área (Dreeben e Gerty, 1971), os trabalhos que então se produziam, em sua maior parte de caráter exortativo e reformista, não apresentavam fundamentação teórica ou mesmo empírica.

Na maioria dos países a Psicologia se adiantou às ciências sociais como disciplina norteadora de pesquisas empíricas sobre educação. Na Grã-Bretanha, os desenvolvimentos no campo dessa disciplina repercutiram na esfera das práticas educacionais a ponto de se adotar, em caráter generalizado, a aplicação de testes de inteligência para a triagem dos alunos aos onze anos de idade. O privilégio de prosseguir a escolaridade no ramo mais prestigioso – o acadêmico, caminho para a universidade – foi assim legitimado com a utilização de critério supostamente objetivo. Feita em nome de princípios meritocráticos, a aplicação de tal medida passaria, entretanto, a ser objeto de especulações que desencadearam o debate sobre a seletividade social do sistema escolar, para o qual muito contribuíram as pesquisas sociológicas feitas sobretudo a partir do fim da segunda guerra mundial.

No Brasil, o enfoque de Durkheim tornou-se conhecido no virar da década de trinta com a divulgação dos trabalhos de Fernando de Azevedo (1935, 1940). Entretanto, como objeto propriamente de pesquisa empírica, a educação passou a receber a atenção dos cientistas sociais nos anos cinquenta, quando o interesse pela modernização do país, estimulado inclusive pela política desenvolvimentista do governo Kubitschek, envolveu a academia. Em consonância com um movimento de idéias que tomou corpo em instituições internacionais (UNESCO, OEA, CEPAL, OCDE) no período do pós-guerra, atribuíam-se à escolarização, na época, papel importante na transformação do país no sentido de uma sociedade mais próspera e mais democrática (Fernandes, 1966, Cardoso e Ianni, 1959). Objeto de discussões entre intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no Rio de Janeiro, ou de investigação empírica entre antropólogos e sociólogos, principalmente na Universidade de São Paulo¹, a educação passou

1 Nessa época foram realizadas pesquisas como as de Pereira (1967), Foracchi (1965), Borges Pereira (1969), entre outros.

a ombrear-se com os temas que eram então privilegiados – urbanização, industrialização, mudança, desenvolvimento. Empregando os recursos teórico-metodológicos das disciplinas respectivas, sociólogos e antropólogos, financiados em grande parte pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, realizaram várias pesquisas sobre escolas, alunos e professores. Nesse período de marcado interesse por educação, que se prolongou até os primeiros anos da década de sessenta, os estudos eram bastante diversificados quanto à temática e abordagem.

A partir dessa época, difundiram-se a utilização das técnicas estatísticas de análise e a preocupação com as desigualdades educacionais, características das pesquisas americanas. Passaram então a predominar as pesquisas de tipo sócio-demográfico nas quais se relacionava a origem familiar dos alunos com a repetência, a evasão ou o acesso diferencial aos vários níveis ou tipos de ensino². Também as origens, concepções e outras características dos professores foram de forma semelhante investigadas.

À maneira do que ocorreu em outros países, tais pesquisas serviram para evidenciar o caráter seletivo, anti-democrático, do sistema escolar. Entretanto, se este mérito se lhes deve reconhecer, por outro lado pode-se dizer que apenas tangenciaram os processos através dos quais os dispositivos burocráticos e o funcionamento cotidiano da escola acabam produzindo a seletividade social observada. Por focalizarem a evasão, a repetência e, em geral, as desigualdades educacionais principalmente, senão exclusivamente, em função da origem dos alunos, pouco revelaram a respeito dos processos ou situações escolares através dos quais essa variável atua.

É possível que tal distanciamento em relação ao que se passa no interior da instituição em parte se explique pelo fato de os antropólogos, atraídos por outros campos, terem em geral se desinteressado por estudos sobre escolarização. Principalmente pelo tipo de prática de pesquisa em que se formam estariam eles sem dúvida habilitados para o tipo de abordagem apropriado à investigação do cotidiano escolar³. Relativamente rara ainda hoje no Brasil é a participação da Antropologia na pesquisa educacional. Em outros países, esta situação já se vem alterando, como indicam os vários estudos etnográficos sobre escolas que vem sendo ultimamente publicados (Henriot, 1987).

O distanciamento dos antropólogos não teria a mesma importância fosse outro o perfil da produção sociológica brasileira na qual, durante alguns anos, preponderaram os estudos com propósitos globalizantes. Mais recentemente, com a tradução e divulga-

2 As características de tal preocupação e da metodologia empregada encontram-se no trabalho de Gouveia (1968), um dos primeiros do gênero.

3 V., a propósito, o estudo de Schneider (1977), autora com formação antropológica.

gação de trabalhos como os de Goffman (1975), Berger (1972), Berger e Luckman (1974) e a atração exercida por autores que, como Foucault, transpõem fronteiras acadêmicas, é que, entre sociólogos, percebe-se maior interesse por estudos voltados para a dinâmica das relações sociais em situações demarcadas pelos limites de contactos primários.

Por outro lado, em relação ainda à década de cinqüenta, é importante lembrar que, ao mesmo tempo em que se desenvolviam as pesquisas, fortalecia-se um movimento de opinião em favor de reformas no sistema educacional. Extravazando os muros da academia, a educação passou a ter maior visibilidade social quando tomou vulto a campanha em defesa da escola pública.

As frustrações decorrentes da Lei nº 4024 sobre a reforma do sistema escolar, finalmente promulgada em 1961, e os fatos que sucederam ao golpe militar de 1964 – as “cassações” e o patrulhamento ideológico –, fizeram com que se tornassem mais salientes as variáveis políticas envolvidas na questão educacional. Notadamente após as mudanças estruturais e curriculares decretadas pelo governo discricionário, referentes ao ensino superior a partir de 1968 e aos níveis inferiores em 1971, multiplicaram-se os estudos sobre política educacional baseados no exame da legislação e atos administrativos emanados do poder central.

Tais estudos, que tiveram grande difusão nos cursos de pós-graduação em educação instalados na década de setenta, não só focalizam os objetivos explícitos das medidas governamentais como, também, procuram expor-lhes as intenções subjacentes. A análise, que se propõe crítica, inspira-se, em alguns casos, no marxismo, mas os estudos sobre política educacional produzidos nessa época nem sempre são de autoria de cientistas sociais. Vale notar sobretudo que, embora o seu objeto seja a ação do Estado, entre os seus autores não se contam, salvo raríssimas exceções, especialistas em ciência política.

Importantes como têm sido na medida em que provocam discussões que transcendem o âmbito de questões propriamente pedagógicas, esses trabalhos em geral não se propõem, entretanto, analisar as vicissitudes da implementação das políticas educacionais, limitação esta que pode ser séria, principalmente num país extenso e diversificado como o Brasil. Foge à sua consideração como objeto de exame sistemático a refração ou filtragem das decisões e medidas que, tomadas em instâncias superiores, até chegaram ao cotidiano das escolas, percorrem tortuoso ao longo de canais burocráticos sensíveis ao jogo de interesses regionais ou locais.

A despeito do clima político opressivo criado pelo golpe militar e que na época ainda se fazia sentir, ou talvez por isso mesmo (Gouveia, 1985), a década de setenta foi marcada por intensas discussões suscitadas por teorias sobre o caráter conservador da escola, de autoria de sociólogos franceses (Althusser, 1970; Bourdieu, 1974; Bourdieu e

Passeron, 1975; Establet, 1975); que aqui se acoplaram às denúncias de economistas radicais dos Estados Unidos, relativas ao atrelamento do sistema escolar daquele país aos requisitos do capitalismo (Bowles, 1976; Carnoy, 1972; Gintis, 1971).

A essa época as pesquisas sobre educação já eram relativamente raras, como hoje ainda são, nos departamentos de Ciências Sociais das universidades. Assim, foi principalmente nos nascentes programas de pós-graduação em educação que vicejou o debate em torno das idéias questionadoras da escola, rapidamente difundidas através de traduções de obras daqueles autores ou da utilização de suas teorias em ensaios e trabalhos de pesquisa realizadas principalmente por professores e estudantes de Educação.

Em anos mais recentes, o prestígio de tais teorias tem decrescido. Entre os educadores, dúvidas têm surgido a respeito da influência negativa que possam ter sobre iniciativas tendentes à promoção de mudanças. Por outro lado, teorias sistêmicas que são, vêm-se hoje relativizadas em face de debates teóricos que se travam no campo mesmo da Sociologia, onde se destaca a questão do papel dos indivíduos como atores do processo histórico, concepção esta que se opõe à noção do indivíduo como agente passivo, inteiramente sujeito às exigências de um sistema que lhe sobrepõe. Como sugere Isambert-Jamati (1984), no que se refere à análise da educação, esse "retorno do ator" (na expressão de Touraine, 1984) significa recuperar na análise a atuação dos estudantes, de suas famílias e principalmente dos professores (como atores individuais ou coletivos).

Ao mesmo tempo, concorrem ao debate no campo da Sociologia posições metodológicas afinadas com a fenomenologia, representadas no interacionismo simbólico, na etnometodologia, no construtivismo (Wolff, 1980). Distintas sob certos aspectos, estas três correntes têm em comum, a partir de pressupostos que as qualificam como abordagens de tipo "humanista-culturalista" (em oposição a "positivista-naturalista"), o fato de se deterem na análise de situações passíveis de observação direta e implicarem no emprego de técnicas de pesquisa qualitativas. Incluir-se-iam naturalmente entre as situações desta natureza as que envolvem alunos e professores no cotidiano da escola.

Na medida em que tais orientações se tornem conhecidas dos pesquisadores brasileiros, o que parece já estar ocorrendo (Ludke, 1987) é provável que venham a ser investigados aspectos que não têm sido alcançados ou não têm sido satisfatoriamente esclarecidos, seja pelos estudos sócio-demográficos predominantes na década de sessenta, seja por abordagem de tipo macrossociológico dos anos posteriores.

Contudo, em se atentando tão de perto, como seria necessário, para o que se passa no interior de um pequeno mundo, haveria o risco de se negligenciarem os condicionamentos que aí se exercem a partir do mundo mais amplo ao redor.

Na verdade, a articulação entre a dinâmica interna da escola e os constrangimentos de ordem econômica, social e política que pesam sobre essa instituição não se têm mostrado tarefa fácil, como indicam as críticas feitas aos estudos realizados na Inglaterra em função dos objetivos visados pela “Nova Sociologia da Educação”. Lançado com a publicação do livro *Knowledge and Control*, de Young (1971), o movimento assim auto-denominado, decididamente crítico dos estudos sócio-demográficos realizados na década de sessenta, propunha centrar a análise nos processos internos ao sistema escolar. Como mediadores da atuação dos fatores extra-escolares, tais processos deveriam receber atenção especial na investigação dos resultados escolares⁴. Contudo, as pesquisas que foram realizadas com esta preocupação não conseguiram articular as perspectivas macro e microsociológicas que o projeto pressupunha. A dificuldade estaria no caráter ahistórico da abordagem fenomenológica, privilegiada por essa corrente. Agora, numa segunda fase, sensíveis às críticas, os seguidores do movimento estariam procurando encaminhar as investigações de maneira a apreender a influência de fatores histórico-estruturais obscurecida nos primeiros estudos (Trottier, 1987).

Se, de um lado, verifica-se no Brasil a carência de estudos sociológicos sobre a dinâmica interna das instituições escolares, de outro, registram-se na bibliografia brasileira vários trabalhos que analisam a educação de ângulo mais amplo, situando a expansão do sistema escolar, os movimentos educacionais ou as transformações ocorridas em determinados níveis de ensino no contexto político em que ocorrem (Beisigel, 1974; Paiva, 1973; Cunha, 1980, 1983; Cardoso, 1982).

Conclusão

Ao concluir esta tentativa de síntese das principais orientações das pesquisas sobre educação realizadas a partir de pontos de vista das ciências sociais, destaca-se o seguinte:

- 1 – No Brasil, como em outros países, a Sociologia é, dentre as ciências sociais, a que mais se tem aplicado ao estudo da educação.
- 2 – Dentre as diferentes formas de educação, a escolar é a que tem predominado como objeto de pesquisas realizadas por sociólogos. É provável que esse

4 A “Nova Sociologia da Educação” não tem tido a ressonância que, em diferentes momentos, tiveram idéias vindas da França ou dos Estados Unidos.

privilegiamento se deva à importância atribuída à escolaridade nas sociedades contemporâneas, onde a grande maioria das crianças e adolescentes frequentam a escola e, por outro lado, a escolarização tende a prolongar-se, começando cedo, na pré-escola, e estendendo-se por doze ou mais anos.

- 3 – Em relação à Antropologia, o que sobressai é a atenção que esta disciplina tem tradicionalmente dedicado aos processos informais de socialização, seja em grupos tribais, seja em sociedades complexas, principalmente quando se focaliza a família, como no Brasil frequentemente ocorre em estudos de comunidade. Mais recentemente, registra-se também algum interesse por formas alternativas, extra-escolares, de educação dirigidas a adultos de setores menores favorecidos da população⁵.
- 4 – Embora não sejam raros os estudos sobre política educacional, certos aspectos, tais como, os mecanismos do processo decisório no âmbito das diferentes instâncias político-administrativas (federal, estadual e municipal), as formas como atuam os interesses que sobre elas se exercem ou o fluxo das decisões ao longo das burocracias educacionais, não têm merecido suficiente atenção. Sem, entretanto, pressupor uma delimitação rígida de áreas de conhecimento, acredita-se que a análise de aspectos como esses encontraria recursos teóricos adequados na Ciência Política.

Finalmente, cabem alguns esclarecimentos sobre este trabalho. As referências a correntes surgidas em outros países, indicativas de influências presentes na obra dos pesquisadores brasileiros, não abrangem o inteiro espectro das idéias que se refletem nos estudos sobre educação realizados por cientistas sociais. No que se refere às menções a autores nacionais, a seleção foi feita tendo-se em vista os trabalhos que, a nosso ver, melhor representam as tendências ou momentos apontados.

GOUVEIA, Aparecida Joly. Social Sciences paradigms in educational research. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 71-79, 1.sem. 1989.

ABSTRACT: An attempt is made to trace the presence of social sciences paradigms in Brazilian educational research. Starting from studies made in the fifties when this field flowered, under the influence of development theories, certain changes in themes and theoretical orientations leading to the predominance of different paradigms can be detected. As suggested, the observed changes are explained both by certain events in the national political scenery and ideas spread from international organizations or French and American academic centres. As to the presence of the distinct academic fields, sociology comes first all along the time; some use has been made of anthropological research methods. Although schooling – a main research subject – is affected to a large extent by government policies very few political scientists engage in studies about education.

UNITERMS: Educational research – Brazil, Sociology of Education; themes and methods.

5 V. a propósito desse interesse os trabalhos de Brandão (1984, 1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Ed. Presença, 1970.
- AZEVEDO, Fernando. *Sociologia educacional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940.
- BEISIGEL, Celso de Ruy. *Estado e educação popular*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1974.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. *A escola secundária numa sociedade em mudança*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1969.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1974.
- BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1974.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1975.
- BOWLES, Samuel. Unequal education and the reproduction of the social division of labor. In: DALE, R. et alii. *Schooling and Capitalism*. London, Routledge and Kegan Paul Ltd., 1976.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Saber e Ensinar*. Campinas, S.P., Ed. Papirus Livraria, 1984.
- . *A educação como cultura*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- CARDOSO, Irene R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo, Ed. Cortez, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octavio. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 26, 1959.
- CUNHA, Luiz Antonio R. da. *A universidade temporã; o ensino superior da Colonia à era de Vargas*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- . *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1983.
- DREEBEN, Robert & GERDY, Donald. Sociology of education. In: DAIGHTON, Lee, ed. *The encyclopedia of education*. New York, The Macmillan Co. and the Free Press, 1971.
- DURKHEIM, Emile. *Educação e sociologia*. Trad. Lourenço Filho. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1955.
- . *L'évolution pédagogique en France*. Paris, P.U.F., 1969.

- DURKHEIM, Emile. *L'éducation morale*. Paris, Ed. Félix Alcan, 1925.
- ESTABLET, Roger. A Escola. *Tempo Brasileiro*, 35, 1973.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Ed. Dominus, 1966.
- GOFFMAN, Erwin. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.
- . *A apresentação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1975.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. *Ensino médio e desenvolvimento*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d.
- . Orientações teórico-metodológicas da sociologia da educação no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 55, 1985.
- HENRIOT, Agnès. Approches ethnographiques en sociologie de l'éducation; l'école et la communauté, l'établissement scolaire. *Révue Française de Pédagogie*, 78, 1987.
- ISAMBERT-JAMATI, Vivianne. Que devient la sociologie de l'éducation en France. Comunicação apresentada no Seminário Internacional de Sociologia da Educação.
- FORACCHI, Marialice M. *Os estudantes e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1965.
- LUDKE, Menga A. Tendências e potencialidades da pesquisa em educação no Brasil. In: Anais do II Seminário Regional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada-Região Sudeste. São Paulo, 1987.
- PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1974.
- PEREIRA, Luiz. *A escola numa área metropolitana*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1967.
- SCHNEIDER, Doroth. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência*. Rio, Ed. Zahar, 1977.
- TOURAINÉ, Alain. *Le Retour de l'Auteur*. Paris, Ed. Fayard, 1984.
- TROTTIER, Claude. La nouvelle sociologie de l'éducation en Grande-Bretagne. *Revue Française de Pédagogie*, 78, 1987.
- WALLER, Willard. *The sociology of teaching*. New York, John Wiley and Sons, 1967.
- WOLFF, Karl. Fenomenologia e sociologia. In: BOTTOMORE, T. & NISBET, Robert. *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1980.
- YOUNG, Michael F.D. *Knowledge and control*. London, Collier-Macmillan, 1971.